

CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS/MG

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019



Advogado da Mesa Diretora

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CARGO: ADVOGADO DA MESA DIRETORA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 01

Ivan passou no concurso da Câmara Municipal aos 17 anos de idade e, por ordem judicial, conseguiu tomar posse no cargo efetivo. Quanto à situação descrita, observado o Código Civil brasileiro, é correto afirmar que:

- A) A aprovação no concurso faz cessar a incapacidade civil de Ivan.
- B) Ivan só poderá praticar atos da vida civil após completar 21 anos.
- C) Ivan só poderá praticar atos da vida civil após completar 18 anos.
- D) A posse e exercício do cargo efetivo faz cessar a incapacidade civil de Ivan.

Questão 02

Dois irmãos viajavam em férias. Houve um acidente com o helicóptero que os transportavam, tendo este explodido no ar sem deixar sobreviventes. Sobre a situação descrita, observado o Código Civil brasileiro, presume-se:

- A) A morte simultânea de ambos.
- B) Que o solteiro morreu primeiro.
- C) Que o mais velho morreu primeiro.
- D) Que o mais jovem morreu primeiro.

Questão 03

Considerando o que dispõe o Código de Processo Civil brasileiro, os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão. Inclui-se nesta regra:

- A) A causa que versar sobre direitos da personalidade com pedido de danos morais.
- B) A causa que exija urgência no julgamento, assim reconhecida por decisão fundamentada.
- C) O julgamento de recursos repetitivos ou de incidente de resolução de demandas repetitivas.
- D) O julgamento de processos em bloco para aplicação de tese jurídica firmada em julgamento de casos repetitivos.

Questão 04

De acordo com o que dispõe o Código de Processo Civil brasileiro, NÃO é competência da autoridade judiciária brasileira julgar ação:

- A) Cuja obrigação deva ser cumprida no país.
- B) Cujo fundamento seja fato ocorrido ou ato praticado no Brasil.
- C) De alimento quando o credor tiver domicílio ou residência apenas fora do país.
- D) Em que o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil.

Questão 05

Considerando o que dispõe o Código Civil brasileiro sobre as fundações, assinale a afirmativa correta.

- A) Tornando-se ilícita a finalidade a que visa a fundação, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, lhe promoverá a alteração finalística, no prazo de noventa dias.
- B) Quando a alteração não houver sido aprovada por votação unânime, os administradores da fundação submetem o estatuto ao órgão do Ministério Público para impugná-la, se quiser, em dez dias.
- C) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.
- D) Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor manterá a propriedade sobre os bens até seu falecimento, se os herdeiros não transferirem os bens, serão registrados, em nome da fundação, por mandado judicial.

Questão 06

De acordo com o que dispõe o Código de Processo Civil brasileiro quanto ao foro competente, é correto afirmar que, em regra, tem-se o foro:

- A) Do domicílio do autor, para a ação de reparação de dano.
- B) Do domicílio do devedor, nas ações de pedido de alimentos.
- C) Do lugar, onde está a sede, para a ação em que for ré pessoa jurídica.
- D) Do domicílio do réu, para as ações de reparação de dano por acidente de veículos.

DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Questão 07

Em relação aos fundamentos do Direito do Trabalho, é correto afirmar que a fonte:

- A) Normativa estatal nem sempre emana do Poder Legislativo.
- B) Negocial deriva exclusivamente das normativas internacionais.
- C) Da qual deriva a sentença normativa é classificada como não-estatal.
- D) Derivada dos costumes não é aceita pelo Direito do Trabalho brasileiro.

Questão 08

Sobre o contrato de trabalho individual, é correto afirmar que:

- A) Constitui-se sempre por ato jurídico bilateral.
- B) Assim como no regime estatutário é ato jurídico unilateral.
- C) Constitui-se por ato unilateral, diferentemente dos contratos coletivos.
- D) É ato jurídico bilateral, à semelhança do ato de nomeação para cargo público.

Questão 09

Quanto aos princípios norteadores do Direito do Trabalho, é correto afirmar que:

- A) Em face do princípio da continuidade da relação de emprego, pressupõe-se que esta não é efêmera, mas uma vinculação que se prolonga.
- B) Pelo princípio da razoabilidade, na falta de provas, a mera ausência do empregado por mais de vinte dias já caracteriza o abandono de emprego.
- C) O princípio da irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas é absoluto e impede qualquer tipo de transação, flexibilização ou negociação coletiva.
- D) A relação de trabalho prescinde do princípio da igualdade, por isso o Direito do Trabalho não cogita qualquer tipo de restrição ao poder econômico.

Questão 10

Quanto ao tema prescrição, considerado o critério *actio nata*, é correto afirmar que:

- A) A prescrição somente iniciará sua contagem na própria data do diploma instituidor de determinado direito.
- B) A lei que cria um direito relativo à revisão de atos que ocorreram há mais de dez anos não tem aplicabilidade.
- C) Tanto a decadência quanto a prescrição operam no mesmo sentido, qual seja, o do perecimento do próprio direito.
- D) Referido critério não tem aplicabilidade no Direito do Trabalho, sendo relevante apenas em relação ao Direito Civil.

Questão 11

Nos termos das súmulas vigentes do Tribunal Superior do Trabalho, acompanhando entendimento do Supremo Tribunal Federal, a competência para julgar ação de indenização por dano moral resultante de acidente de trabalho é da Justiça:

- A) Federal, conforme expresso na Constituição de 1988.
- B) Do Trabalho, desde a Emenda Constitucional nº 45/2004.
- C) Comum estadual, conforme expresso na Constituição de 1988.
- D) Do Trabalho, nos períodos anteriores à Emenda Constitucional nº 45/2004.

Questão 12

Considere a relação de trabalho em que a Construtora WZ de propriedade de Walter que detém 70% do capital da empresa, e Zico que é sócio-administrador da empresa, emprega Moacir, pelo regime celetista. Nos termos das Súmulas vigentes do Tribunal Superior do Trabalho, a prova de regularidade do depósito de FGTS é atribuída, como regra, a:

- A) Zico, pessoa física, na condição de administrador.
- B) Moacir, pessoa física, na condição de empregado.
- C) Walter, pessoa física, na condição de cotista majoritário.
- D) Empresa WZ, pessoa jurídica, na condição de empregador.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 13

“Trata-se de figura atípica, informal, que não admite dilação probatória, que tem cabimento sempre que o executado pretenda infirmar a certeza, a liquidez ou a exigibilidade do título em execução, por meio de inequívoca prova, independentemente sua propositura de prévia segurança do juízo.” A definição proposta diz respeito a:

- A) Embargos de terceiro.
- B) Embargos à execução.
- C) Mandado de segurança.
- D) Exceção de pré-executividade.

Questão 14

O Estado Alfa multou a empresa Delta S/A por imposto não informado em guia própria. A empresa veio a falir e a execução foi redirecionada ao sócio-administrador, que, entretanto, veio a falecer. Finalmente, houve o redirecionamento da execução fiscal, em face do Espólio do sócio falecido. Assinale a alternativa correta com relação à situação jurídica relatada.

- A) A responsabilidade do sócio-administrador teria que ser averiguada, já que é subsidiária e não solidária.
- B) Deveria ser verificado se o falecido sócio deixara alguma herança, pois só nesta hipótese o espólio responderia pela dívida.
- C) É incabível o redirecionamento da execução fiscal em face do espólio, uma vez que se trata de aplicação de multa por infração formal, não material.
- D) O sucessor tem responsabilidade integral tanto pelos eventuais tributos devidos quanto pela multa decorrente, seja ela de caráter moratório ou punitivo.

Questão 15

Analise as afirmativas, marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- () O instrumento de atribuição de competência tributária é a Constituição, porém havendo inércia do legislador poderá ser deferida a faculdade de criação de um tributo a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição instituir.
- () A arrecadação de tributos é função típica da unidade federativa a qual a Constituição conferiu determinado tributo e, portanto, é indelegável.
- () Nem sempre a pessoa competente para a instituição de um tributo será a mesma competente para proceder a sua execução e fiscalização.
- () A delegação da capacidade tributária ativa pode ser revogada, através de lei, a qualquer tempo.

A sequência está correta em

- A) F, F, V, V.
- B) F, V, F, V.
- C) V, F, V, F.
- D) V, V, F, F.

Questão 16

A aplicação da legislação tributária no tempo vem regulada pelo Código Tributário Nacional; assinale a afirmativa correta considerando a regulação do CTN.

- A) A lei tributária somente se aplica a atos ou fatos futuros, sem retroagir.
- B) A lei tributária sempre retroagirá na hipótese de não haver decisão de mérito.
- C) A lei tributária retroagirá quando ainda não houver julgamento e o ato não for mais considerado infração.
- D) O princípio constitucional da irretroatividade não permite que a lei tributária seja aplicada a atos ou fatos pretéritos.

DIREITO ELEITORAL

Questão 17

“A Constituição Federal estabelece idade mínima com condição de elegibilidade para vários cargos. A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, também cuidou do assunto no § 2º do seu art. 11, estatuinto que a idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da _____, salvo quando fixada em dezoito anos, hipótese em que será aferida na data-limite para _____.”

Dissertando sobre o tema, explica a doutrina que:

“o assunto é realmente palpante a acaba alimentando boa discussão na doutrina. Como se disse, não há dúvida de que a condição de elegibilidade, ou seja, requisito que o brasileiro precisa preencher para dizer-se com capacidade eleitoral passiva, quando passa a ter o direito de ser votado. E os candidatos recebem votos do eleitorado no dia marcado para a eleição. Ali, naquele momento, são eleitos, ou não. Nessa linha de raciocínio, se a idade mínima é condição de elegibilidade, a data da posse dos eleitos nada tem a ver com o assunto”.

(in CASTRO, Edson Resende. Curso de Direito Eleitoral. 10ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2020, p. 214.)

Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) posse / a eleição
- B) eleição / a posse
- C) posse / o pedido de registro
- D) eleição / o pedido de registro

Questão 18

“Em tema de Recursos, o Código Eleitoral estabelece que sempre que a lei não fixar prazo especial, o recurso deverá ser interposto em ___ dias da publicação do ato, resolução ou despacho.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) 2
- B) 3
- C) 4
- D) 5

Questão 19

Nas eleições de 2016, FULANO DE TAL foi candidato a vereador no Município de Capelinha/MG. Apresentadas as suas contas de campanha, foram desacompanhadas de documentos que permitissem a análise dos recursos arrecadados e dos gastos de campanha, sendo julgadas como não prestadas. Agora, nas eleições de 2020, FULANO DE TAL requer seu registro como candidato a vereador. Marque, a seguir, a alternativa que contenha a situação jurídica de FULANO.

- A) A falta de prestação de contas de campanha não tem qualquer consequência jurídica no âmbito eleitoral.
- B) Apenas se as contas de campanha tivessem sido rejeitadas é que FULANO DE TAL estaria sem quitação eleitoral.
- C) A não apresentação de contas impede a obtenção da quitação eleitoral, impedindo a candidatura de FULANO DE TAL.
- D) Tanto reprovação das contas quanto a não apresentação das contas de campanha impedem a obtenção da quitação eleitoral.

Questão 20

Sobre o que dispõe a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, sobre propaganda eleitoral em geral, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Não será permitido qualquer tipo de propaganda política paga no rádio e na televisão.
- B) Nas dependências do Poder Legislativo, a veiculação de propaganda eleitoral fica a critério da Mesa Diretora.
- C) Não é permitida a veiculação de material de propaganda eleitoral em bens públicos ou particulares, exceto de bandeiras ao longo de vias públicas, desde que imóveis e que não dificultem o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos.
- D) A lei veda veiculação de propaganda em bens de uso comum. Bens de uso comum, para fins eleitorais, são os assim definidos pelo Código Civil e também aqueles a que a população em geral tem acesso, tais como cinemas, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios, estádios, ainda que de propriedade privada.

Questão 21

A Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências. De acordo com a referida norma são inelegíveis os que forem condenados, em decisão transitada em julgado, ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de oito anos após o cumprimento da pena pelos crimes, EXCETO:

- A) Contra a vida, que sejam culposos.
- B) Contra a vida e a dignidade sexual.
- C) Contra o meio ambiente e a saúde pública.
- D) Eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade.

Questão 22

Sobre as disposições da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos – assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) É assegurada, ao partido político, autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento.
- B) É vedado ao partido político ministrar instrução militar ou paramilitar, utilizar-se de organização da mesma natureza e adotar uniforme para seus membros.
- C) O partido político, pessoa jurídica de direito privado, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.
- D) Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove, no período de dois anos, o apoio de eleitores já filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% dos votos dados na última eleição geral para o Senado Federal, computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% do eleitorado que haja votado em cada um deles.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 23

Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos elencados na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal –, quando constatarem, **EXCETO**:

- A) Que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 80% do limite.
- B) Que os gastos com inativos e pensionistas se encontram acima do limite definido em lei.
- C) Fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária.
- D) Que os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima de 90% dos respectivos limites.

Questão 24

Sobre o tratamento que a Constituição da República Federativa do Brasil dá aos Direitos Políticos, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de 65 anos.
- B) É uma condição de elegibilidade a idade mínima de 21 anos para juiz de paz.
- C) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- D) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

Questão 25

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- A) Legislar sobre água e energia.
- B) Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
- C) Planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.
- D) Elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.

Questão 26

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece algumas limitações ao poder de tributar. Dentre elas está a vedação da União, Estados, Municípios e Distrito Federal de cobrarem tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, o que é chamado pela doutrina de **noventena**. A regra da noventena **NÃO** se aplica à(ao):

- A) Imposto sobre grandes fortunas.
- B) Imposto sobre Propriedade Territorial Rural.
- C) Fixação da base de cálculo do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana.
- D) Fixação da base de cálculo do imposto sobre transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

Questão 27

Sobre o tratamento que a Constituição da República Federativa do Brasil dá ao processo legislativo, analise as afirmativas a seguir.

- I. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- II. As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Senado Federal Nacional.
- III. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- IV. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I, II e III.
- B) I, II e IV.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 28

“Estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil que para a composição das Câmaras será observado o limite máximo de _____ vereadores, nos municípios de mais de oitenta mil habitantes e de até cento e vinte mil habitantes.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) 9
- B) 13
- C) 15
- D) 17

Questão 29

Os fundamentos são a base, os pilares do nosso ordenamento jurídico. Assinale a alternativa que NÃO contenha um fundamento da República Federativa do Brasil.

- A) Pluralismo político.
- B) Dignidade da pessoa humana.
- C) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- D) Construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Questão 30

A Constituição da República Federativa do Brasil, ao tratar da repartição das receitas tributárias, estabelece que pertencem ao Município, EXCETO:

- A) Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- B) Quinze por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- C) Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção citada na própria Constituição.
- D) O produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 31

No que se refere à improbidade administrativa, o sujeito passivo da ação de improbidade é:

- A) Sempre o Ministério Público.
- B) O sujeito ativo do ato de improbidade.
- C) O sujeito passivo do ato de improbidade.
- D) A pessoa jurídica a quem cumpria zelar pelo patrimônio público.

Questão 32

Sobre desapropriação como forma de intervenção na propriedade, é correto afirmar que:

- A) A desapropriação sancionatória urbana deve ser promovida pelo Município.
- B) A desapropriação para fins de utilidade pública deve ser promovida pelo Estado.
- C) A propriedade rural improdutivo se sujeita à desapropriação confisco, sem direito à indenização.
- D) A propriedade produtiva que utiliza mão de obra escrava se sujeita à desapropriação para a reforma agrária.

Questão 33

Em relação à organização da Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. Nem toda empresa pública é pessoa jurídica de direito privado.
- II. Toda autarquia adota o regime jurídico estatutário.
- III. Toda sociedade de economia mista tem capital público e privado.
- IV. Nenhuma empresa pública é sociedade anônima.

Assinale a alternativa correta.

- A) As afirmativas II e III são falsas.
- B) Todas as afirmativas são verdadeiras.
- C) A afirmativas I é falsa e a III é verdadeira.
- D) A afirmativas II é verdadeira e a IV é falsa.

Questão 34

Em face da teoria dos poderes administrativos, pode-se afirmar que:

- A) O veto de lei pelo Chefe do Executivo é expressão do poder hierárquico.
- B) A demissão de um servidor da Câmara Municipal emana do poder disciplinar.
- C) O dever de obediência às ordens superiores é expressão do poder regulamentar.
- D) A elaboração do regimento interno da Câmara Municipal emana do poder de polícia.

Questão 35

A forma de provimento do cargo público que foi elevada à categoria de norma constitucional pela Emenda Constitucional nº 103/2019 denomina-se:

- A) Reversão, correspondendo a um retorno ao cargo do servidor que tenha provado sua inocência em processo administrativo disciplinar.
- B) Remoção, correspondendo à possibilidade de deslocamento do servidor para outros cargos efetivos no âmbito da própria Administração Pública.
- C) Reintegração, correspondendo à volta do servidor público ao cargo de origem quando insubsistentes os motivos da aposentadoria por invalidez.
- D) Readaptação, correspondendo a uma reinvestidura em cargo de atribuições compatíveis com a limitação física ou mental sofrida pelo servidor público.

Questão 36

Em face da teoria dos atos administrativos, o vício de validade quanto à forma essencial é sempre:

- A) Leve, sendo passível de ratificação.
- B) Absoluto, não sendo possível sua convalidação.
- C) Convalidável, respeitado o prazo de cinco anos.
- D) Sanável, desde que requerido pelo interessado.

LEGISLAÇÃO E PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL

Questão 37

Nos termos da Constituição Federal, a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com igual valor para todos. A soberania popular, segundo a Lei da Lei Orgânica do Município de Arcos, também poderá ser exercida através de, EXCETO:

- A) Plebiscito.
- B) Referendo.
- C) Eleições gerais.
- D) Iniciativa popular.

Questão 38

O Prefeito municipal de Arcos pretende fazer a doação de imóveis pertencentes ao município. O contrato firmado consta expressamente os encargos do donatário e o prazo de seu cumprimento. Diante do caso hipotético, assinale a afirmativa correta.

- A) Como forma de proteção dos bens público e controle dos poderes, a doação de imóveis pode ocorrer somente com autorização legislativa e licitação pública.
- B) Como se trata de doação de bens imóveis, fica dispensada a autorização legislativa e licitação pública, desde que seja vedada a alienação dos bens a terceiros.
- C) O chefe do executivo não possui competência para promover doação de bens imóveis do município, podendo realizar permuta, com a qual dependerá de autorização legislativa e licitação pública.
- D) A doação para ser válida neste caso depende de autorização legislativa, sendo dispensada a licitação pública se houvesse cláusula de reversão ao patrimônio público municipal em caso de descumprimento das condições contratuais.

Questão 39

Concluída a ordem do dia será dado espaço para utilização pública da Tribuna Livre, que será facultativamente realizada. Nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A Tribuna Livre pode ser utilizada para palestras.
- B) O requerimento para utilização da Tribuna Livre deverá ser feito até setenta e duas horas antes da reunião.
- C) Poderão requerer a utilização da Tribuna Livre o máximo de três pessoas, ficando reservado o tempo de quinze minutos para cada um.
- D) A Tribuna Livre ocorrerá em todas as reuniões ordinárias do mês, ressalvados os pronunciamentos de autoridades municipais ou convidados.

Questão 40

No processo legislativo, a emenda é a proposição apresentada como acessória de outra e se classifica em:

- A) Substitutiva, a destinada a excluir dispositivo.
- B) Modificativa, a que altera dispositivo sem modificá-lo substancialmente.
- C) Individual orçamentária, a que se destina alterar execução orçamentária do gabinete do vereador.
- D) Aditiva, a apresentada como sucedânea de dispositivo e integral de proposição, caso em que passa a denominar-se substitutivo.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

PROVA DISCURSIVA (PARECER JURÍDICO)

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva (Parecer Jurídico) é de caráter eliminatório e classificatório, no mesmo dia de realização da prova objetiva, constituída de 1 (um) parecer jurídico.
- O parecer jurídico será avaliado na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos. Deverá ter a extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida.
- Serão considerados aprovados apenas os candidatos que obtiverem o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento nos pontos da referida prova.
- A Prova Discursiva (Parecer Jurídico) terá o objetivo de avaliar o conhecimento técnico na área de atuação, a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato na condição de pessoa com deficiência que esteja impossibilitado de redigir textos, como também no caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para este fim, nos termos deste Edital. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal do Instituto Consulplan devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva (Parecer Jurídico) em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado no subitem anterior, bem como no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva (Parecer Jurídico) serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	14 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência da exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	6 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto); 2. Correlação nominal e verbal; 3. Precisão vocabular; 4. Pontuação; 5. Concordância nominal e verbal; 6. Regência nominal e verbal; 7. Colocação Pronominal; 8. Vocabulário adequado ao texto escrito; 9. Ortografia; 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
2. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar do Parecer Jurídico.	

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Arcos deseja obter informações sobre algumas normas relativas às eleições de 2020, conforme preceitua a Lei nº 9.504/97:

1. Considerando a natureza jurídica da Câmara Municipal, a veiculação de propaganda eleitoral nas dependências do Poder Legislativo é vedada ou permitida? Caso vedada, qual o valor da multa aplicável ao caso? Se permitida, a critério de qual órgão são estabelecidos os limites da referida propaganda?
2. Para as eleições 2020, qual o limite legal fixado na lei para gastos nas campanhas dos candidatos a vereador?
3. A escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deve ser feita em qual período? Quem rubrica a Ata como órgão de controle? Qual o prazo para publicação da Ata nos meios de comunicação?

Na qualidade de Advogado da Mesa Diretora, redija um parecer, observada a estrutura adequada da peça, manifestando sua opinião técnica, exclusivamente à luz da Lei nº 9.504/97. Desconsidere qualquer excepcionalidade decorrente do período de pandemia ou alterações legislativas pós-edital do certame.

PROVA DISCURSIVA (PARECER JURÍDICO)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO





INSTRUÇÕES

É necessário uso de máscara durante toda a prova. O álcool em gel se encontra disponível para o uso candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos; a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., não acarretando em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e integridade do Concurso Público, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários.
4. O Caderno de Provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha para os cargos de níveis Superior e Médio Completo e 30 (trinta) questões para o nível Fundamental Incompleto. A Prova Discursiva (Parecer Jurídico) será aplicada apenas para o cargo de Advogado da Mesa Diretora.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para o cargo Advogado da Mesa Diretora) que lhe foram fornecidos estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. As provas terão duração de 3 (três) horas para os cargos de nível Fundamental Incompleto, nível Médio e Superior (exceto Advogado da Mesa diretora); 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos para o cargo de Advogado da Mesa Diretora. Este período abrange a assinatura e a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para o cargo Advogado da Mesa Diretora).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para o cargo Advogado da Mesa Diretora), devidamente assinados em local específico.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum destes candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer os dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.